



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL
DE
PAMPILHOSA DA SERRA

DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 21/10/2013
(Contém folhas)

ATA Nº 02

Estiveram presentes os seguintes membros:

Presidente:	José Alberto Pacheco Brito Dias	(PSD)
Vereador:	Jorge Alves Custódio	(PSD)
Vereador:	João dos Santos Alves	(PSD)
Vereador:	Isabel Alexandra dos Santos Tomé	(PSD)
Vereador:	Carlos Manuel Nunes Alegre	(PSD)

Faltaram os seguintes membros:

Presidente:
Vereadores:



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

REUNIÃO DE 21/10/2013

ACTA Nº 02

----- Aos vinte e um dias do mês de Outubro do ano dois mil e treze, nesta Vila de Pampilhosa da Serra, no edifício dos Paços do Concelho e Sala de Reuniões, realizou-se a reunião extraordinária da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, sob a presidência do Exmo. Senhor José Alberto Pacheco Brito Dias, na qualidade de Presidente, estando presentes os Vereadores, Senhores Jorge Alves Custódio, João dos Santos Alves, Isabel Alexandra Lopes dos Santos Tomé e Carlos Manuel Nunes Alegre. -----

----- A reunião foi secretariada por Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas, Assistente Técnico. -----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos e verificando-se haver “quorum” para funcionamento do Órgão Executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. -----

1 - INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA E DOS SENHORES VEREADORES

1.1 - Despacho - Delegação e Subdelegação de Competências

----- Nos termos e ao abrigo do disposto do nº 2 do artigo 34º e do nº 2 do artigo 36º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que procedeu à alteração da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, e da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, considerando as delegações de poderes efetuadas pela Câmara Municipal, delego no Senhor Vice-Presidente **Jorge Alves Custódio**, as minhas competências próprias e subdelego as que me estão delegadas, a fim de poder gerir e orientar os assuntos a seguir mencionados, por referência às áreas de gestão e aos serviços municipais respetivos:

Pelouros:

- A) - *Coordenação Autárquica – Ligação às Freguesias*
- B) - *Telecomunicações Móveis e Fixas*
- C) - *Saneamento e Abastecimento de Água*
- D) - *Obras Municipais por Administração Direta*
- E) - *Cemitérios*
- F) - *Proteção Civil e Segurança*



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

- G) - *Transportes e Comunicações*
- H) - *Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza*
- I) - *Promoção e desenvolvimento: Turismo e Floresta*
- J) - *Armazém e oficina de viaturas*

Nos termos e ao abrigo do disposto do nº 2 do artigo 34º e do nº 2 do artigo 36º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que procedeu à alteração da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, e da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, considerando as delegações de poderes efetuadas pela Câmara Municipal, delego na Senhora Vereadora **Isabel Alexandra Lopes dos Santos Tomé**, as minhas competências próprias e subdelego as que me estão delegadas, a fim de poder gerir e orientar os assuntos a seguir mencionados, por referência às áreas de gestão e aos serviços municipais respetivos:

Pelouros:

- A) - *Cultura, Bibliotecas e Museus*
- B) - *Desporto, Juventude, Recreio e Lazer*
- C) - *Solidariedade, Ação Social e Ação Social Escolar*
- D) - *Educação*
- E) - *Património Histórico e Arquivo*
- F) - *Saúde*

Nos termos e ao abrigo do disposto do nº 2 do artigo 34º e do nº 2 do artigo 36º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que procedeu à alteração da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, e da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, considerando as delegações de poderes efetuadas pela Câmara Municipal, delego no Senhor Vereador **João dos Santos Alves**, as minhas competências próprias, a fim de poder gerir e orientar os assuntos a seguir mencionados, por referência às áreas de gestão e aos serviços municipais respetivos:

Pelouros:

- A) - *Apoio à Presidência*
- B) - *Economia e Finanças*
- C) - *Promoção e Desenvolvimento: Indústria/Comércio*
- D) - *Transito*

- 1.2 - **Carta da Casa do Concelho de Pampilhosa da Serra**
- **Eleições Autárquicas 2013 em Pampilhosa da Serra**
- **Saudações**

----- Foi presente uma carta da Casa do Concelho de Pampilhosa da Serra, a comunicar o seguinte: "A Direção da Casa do Concelho de Pampilhosa da Serra, em reunião realizada no dia



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

12 de Outubro de 2013, por efeito do conhecimento público dos resultados do ato eleitoral ocorrido no dia 29 de setembro p.p., decidiu dirigir a V.Exª uma saudação fraterna pela manifesta confiança que os eleitores pampilhosenses lhe delegaram ao elegerem-no para Presidente de Câmara do nosso concelho, permitindo-nos solicitar-lhe que igualmente transmita esta saudação a todos quantos foram eleitos para o órgão autárquico que terá, estamos crentes, a gratificante tarefa de liderar.-----

----- Liderar é, na generalidade das circunstâncias, um ato combinado de coragem e sabedoria, acompanhado de um espírito de desinteresse próprio, condição que sendo fácil de expressar, torna-se por vezes difícil de assegurar, mas a coragem e determinação que lhe reconhecemos vão no sentido de que saberá garantir o fardo da liderança dos riscos e desafios dos nossos tempos, que são enormes. -----

----- Expressamos a nossa disponibilidade para nos mantermos cooperantes na divulgação e promoção do território pampilhosense, na defesa da sua cultura e na aproximação e motivação dos pampilhosenses mais afastados das suas origens para uma cooperação consentânea com a identidade pampilhosense, numa perspetiva de que se ultrapassem os desafios do desenvolvimento. -----

----- Endereçamos-lhe votos de um mandato auspicioso, no sentido da consolidação da credibilidade de um concelho que se não resigna ao isolamento. -----

----- Agradecendo antecipadamente a atenção que, estamos persuadidos, não deixará de nos dispensar, e que pela nossa parte lhe retribuímos, apresentamos-lhe as nossas mais cordiais saudações regionalistas e pampilhosenses, extensivas a toda a sua vereação. Com amizade, O Presidente da Direção – José Ferreira” -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

2 - DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

2.1 - SECÇÃO ADMINISTRATIVA

2.1.1 - Pinhais do Zêzere

- 4º Passeio de Cicloturismo Pinhais do Zêzere 2013

----- Foi presente uma carta da Associação para o Desenvolvimento - Pinhais do Zêzere, a comunicar que, ao abrigo do Artº 4º do Decreto Regulamentar nº 2-A/2005, de 24 de maio, solicitam o licenciamento para o 4º “Pedalar pelo Interior – Cicloturismo Pinhais do Zêzere”, a realizar no próximo dia 27 de Outubro de 2013, com saída às 8:30 horas em Pampilhosa da Serra e chegada ao Largo do Município, em Figueiró dos Vinhos, entre as 13:30 horas e as 15:00 horas, passando por Pedrógão Grande e Castanheira de Pera, utilizando o percurso identificado em documento anexo. -----

----- Relativamente ao pedido formulado pela Pinhais do Zêzere, foi presente uma informação dos Serviços de Secretaria, a comunicar que poderá ser emitido parecer



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

favorável para conclusão do processo, deixando à consideração superior. -----
----- A Câmara Municipal, após análise, deliberou por unanimidade aprovar. -----
----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.1.2 - Rastreio Auditivo Gratuito - Pedido de Autorização Ocupação da via pública - Firma Acústica Médica

----- Foi presente uma informação dos Serviços de Secretaria, do seguinte teor: -----
----- " No seguimento do mail da Firma Acústica Médica, datado de 14/10/2013, reg. 4194, cabe-me informar V.Exª que de acordo com o regulamento geral de taxas municipais do Município de Pampilhosa da Serra, esta não poderá ser isenta de taxas de ocupação da via pública com uma unidade móvel. -----
----- Contudo a firma propõe-se a prestar cuidados básicos de saúde (teste de audição) gratuitamente na área do concelho e uma vez que a população do concelho é envelhecida e estes casos são de maior presença nestes escalões etários, entendem estes serviços haver interesse público municipal, pelo que poderá o Licenciamento de Ocupação de Via Pública ser isento de acordo com a alínea a) do n.º 3 do artº 8º do regulamento acima citado. À consideração superior." -----
----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----
----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.2 - SERVIÇOS JURÍDICOS

2.2.1 - Edifício de Apoio de Praia do Vilar - Atraso no pagamento do preço a cessão

----- Foi presente uma informação dos Serviços Jurídicos, do seguinte teor: -----
----- " Considerando que o contrato de cessão de exploração do Edifício de Apoio de Praia do Vilar, celebrado em 04/06/2013, entre a Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra e a sociedade João Manuel de Jesus Cunha, Unipessoal, Lda estabelece na sua Cláusula Quinta que: -----

PREÇO DA CESSÃO E MODALIDADE DE PAGAMENTO



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

1. O preço da cessão de exploração é de € 200,00 (duzentos Euros) anuais, mais IVA. Devendo efetuar-se o pagamento de 50,00€ (cinquenta Euros) mais IVA nos meses de junho, julho, agosto e setembro, na Secretaria da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra. -----
2. O primeiro pagamento vencer-se-á no momento da celebração do presente contrato e cada um dos restantes no primeiro dia útil do mês anterior àquele a que disser respeito, devendo ser pago nos oito dias subsequentes. -----
3. Constituindo-se a Segunda Contraente em mora, o Primeiro tem o direito de exigir, além do preço da cessão correspondente aos meses em atraso, uma indemnização igual a 50% do que for devido, salvo se o contrato for resolvido com base na falta de pagamento. -----
4. Cessa o direito à indemnização ou à resolução do contrato se a Segunda Contraente fizer cessar a mora no prazo de oito dias a contar do seu começo. -----
5. Enquanto não forem cumpridas as obrigações a que o nº 3 respeita, o Primeiro Contraente tem o direito de recusar o recebimento do preço da cessão de exploração correspondente aos duodécimos seguintes, os quais são considerados em dívida para todos os efeitos.-----
6. O preço da cessão será atualizado anualmente, em conformidade com o coeficiente de atualização anual de renda dos diversos tipos de arrendamento. -----

----- *Julga-se pertinente informar V.Ex^a do seguinte:* -----
 ----- *A sociedade cessionária efetuou o pagamento dos meses de junho e julho de 2013, na data de assinatura do contrato (04/06/2013).* -----

----- *Em julho deveria ter efetuado o pagamento respeitante ao mês de agosto de 2013. Mas não o fez. O pagamento referente ao mês de agosto foi feito em 09/08/2013. Sendo que, nessa data a sociedade cessionária já se encontrava em mora, podendo a Autarquia exigir (ao que parece) uma indemnização igual a 50% do preço da cessão.* -----

----- *Na presente data (12/09/2013) verifica-se, para além da situação descrita, que a sociedade em questão ainda não efetuou o pagamento relativo ao mês de setembro de 2013 (devido em agosto), encontrando-se portanto em mora.* -----

----- *Pelo que, atendendo ao disposto no contrato celebrado, parece ser devido à Autarquia, para além do preço da cessão de exploração respeitante ao mês de setembro, uma indemnização por a sociedade se ter constituído em mora aquando do pagamento respeitante ao mês de agosto e de setembro (50% + 50%). É quanto me cumpre informar, V.Ex^a superiormente o decidirá."* -----

----- *Face ao exposto e tendo em consideração que atualmente a situação está regularizada, a Câmara Municipal, após análise, deliberou por unanimidade prescindir do direito à indemnização.* -----

----- *Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta.* -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

2.2.2 – Aquisição de uma casa em ruínas, inscrita na matriz predial urbana da Freguesia de Pampilhosa da Serra, sob o artigo 147

----- Informação do Sr. Presidente: -----

----- Considerando ser pretensão do Município melhorar as acessibilidades a determinadas zonas antigas da vila de Pampilhosa da Serra, no âmbito das competências que me foram delegadas por deliberação tomada pela Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, na sua reunião realizada em 15/10/2013, designadamente a prevista na al. g, do nº 1 do artº 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, informo que irá ser adquirido um imóvel em ruínas, sito no lugar de Barreiro, em Pampilhosa da Serra, o qual será demolido e a área resultante afeta à construção de um pequeno largo / espaço de lazer, com estacionamento, facilitando também a circulação de veículos automóveis naquele lugar. -----

----- Dos contactos e negociações encetados com o proprietário do imóvel em questão foi estabelecido o valor de 5.000,00 €, a suportar pelo Município para a compra do imóvel, existindo verba em orçamento para efetuar a referida aquisição, com a seguinte nomenclatura: 0102 07010202 e GOP 04 430 2013/41. -----

----- O imóvel em questão é propriedade do Senhor Fernando Simões Carlota, casado com Maria Odete Brás Baía Simões Carlota, no regime de comunhão de bens adquiridos, residentes na Rua Vicente Dias, nº 6 – 2B, 1400-358 Lisboa, titulares dos BI nº 465583 – Vitalício e 50450049 – Vitalício, respetivamente, ambos emitidos pelos SIC de Lisboa e NIF's 116833580 e 113493789, respetivamente, e encontra-se inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Pampilhosa da Serra sob o art. Nº 147 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Pampilhosa da Serra sob o nº 6357. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

2.3 – SECÇÃO FINANCEIRA

2.3.1 – Participação Variável no IRS

----- Proposta do Sr. Presidente: -----

----- “ Os Municípios têm direito, nos termos do artigo 20º da Lei nº 2/2007,d e 15 de janeiro (Lei das Finanças Locais), em cada ano, a uma participação variável até 5% do IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos respetivos rendimentos do ano anterior. -----

----- A definição do percentual dessa participação foi legalmente estabelecida nos 5% (artigo 59º da Lei das Finanças Locais). Do percentual dessa participação deverá depender de deliberação sobre a percentagem de IRS pretendida pelo Município (número 2 do artigo 20 da Lei das Finanças Locais). -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Caso a percentagem a fixar pelo Município seja inferior à taxa máxima atrás referida, o produto da diferença de taxas e a coleta líquida é considerado como dedução à coleta do IRS a favor dos sujeitos passivos. -----

----- Assim sendo, o percentual da participação do IRS de 2012 a liquidar em 2013, que se considera adequado ao equilíbrio financeiro do Município, é de 5%. -----

----- O percentual de participação do IRS pretendido pelo Município deverá ser comunicado até 31 de Dezembro por via eletrónica, à Direção-Geral dos Impostos, sob pena de, caso tal comunicação não seja feita atempadamente, nos termos do n.º 3 do art.º 20 da Lei das Finanças Locais, tal equivaie à falta de deliberação e consequentemente o Município não participar no IRS de 2012. -----

----- Assim, proponho a fixação da percentagem de 5%, respeitante à participação variável no IRS, a qual carece de ser submetida à aprovação da Assembleia Municipal. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar a proposta, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. Mais deliberou submeter a mesma à Assembleia Municipal.---

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3 - DIVISÃO TÉCNICA DE OBRAS E URBANISMO

3.1 - ÁGUAS E SANEAMENTO

3.1.1 - Restituição de valores referentes a baixada se saneamento em Sobral Valado

----- Foi presente uma informação da Secção de Águas, do seguinte teor: -----

----- "Relativamente ao assunto em epígrafe, tendo por base a ata da reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada em 10 de setembro de 2013, foi deliberado no 2.3.1, a isenção de pagamento da taxa de saneamento ao Sr. Manuel Antunes, em virtude de cedência de terrenos para passagem de condutas da rede geral de saneamento. -----

----- Constata-se no entanto que o munícipe havia procedido à liquidação do valor de 326,68 €, respeitante à ligação de saneamento através da Guia de Recebimento n.º 1148/2013 em 19/08/2013.

----- Face ao exposto entende-se ser pertinente a restituição do valor referido, deixando-se à consideração superior o procedimento a adotar. " -----

----- Face ao teor da informação, a Câmara Municipal após análise, deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3.1.2 - Restituição de valores referentes a baixada de saneamento em Sobral Valado

----- Foi presente uma informação da Secção de Águas, do seguinte teor: -----

----- *“Relativamente ao assunto em epígrafe, tendo por base a ata da reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada em 10 de setembro de 2013, foi deliberado no 2.3.1, a isenção de pagamento da taxa de saneamento ao Sr. Manuel Barata Nunes (contrato de fornecimento foi celebrado em nome da Sr.ª Marta Ramos Mendes Nunes, esposa), em virtude de cedência de terrenos para passagem de condutas da rede geral de saneamento.* -----

----- *Constata-se no entanto que o município havia procedido à liquidação do valor de 326,68 €, respeitante à ligação de saneamento através da Guia de Recebimento nº 1149/2013 em 20/08/2013.*

----- *Face ao exposto entende-se ser pertinente a restituição do valor referido, deixando-se à consideração superior o procedimento a adotar.* “ -----

----- Face ao teor da informação, a Câmara Municipal após análise, deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3.1.3 - Restituição de valores referentes a baixada de saneamento em Sobral Valado

----- Foi presente uma informação da Secção de Águas, do seguinte teor: -----

----- *“Relativamente ao assunto em epígrafe, tendo por base a ata da reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada em 10 de setembro de 2013, foi deliberado no 2.3.1, a isenção de pagamento da taxa de saneamento ao Sr. José Nunes Marques, em virtude de cedência de terrenos para passagem de condutas da rede geral de saneamento.* -----

----- *Constata-se no entanto que o município havia procedido à liquidação do valor de 326,68 €, respeitante à ligação de saneamento através da Guia de Recebimento nº 1153/2013 em 22/08/2013.*

----- *Face ao exposto entende-se ser pertinente a restituição do valor referido, deixando-se à consideração superior o procedimento a adotar.* “ -----

----- Face ao teor da informação, a Câmara Municipal após análise, deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

3.1.4 - Restituição de valores referentes a baixada de saneamento em Sobral Valado

----- Foi presente uma informação da Secção de Águas, do seguinte teor: -----

----- *“Relativamente ao assunto em epígrafe, tendo por base a ata da reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada em 10 de setembro de 2013, foi deliberado no 2.3.1, a isenção de pagamento da taxa de saneamento à Sr^a Emília da Conceição Morgado (contrato de fornecimento foi celebrado em nome da Sr^a Maria dos Anjos Vicente Ramos, Irmã, sendo a casa de partilha indivisa), em virtude de cedência de terrenos para passagem de condutas da rede geral de saneamento.* -----

----- *Constata-se no entanto que o munícipe havia procedido à liquidação do valor de 326,68 €, respeitante à ligação de saneamento através da Guia de Recebimento nº 1196/2013 em 02/09/2013.* -----

----- *Face ao exposto entende-se ser pertinente a restituição do valor referido, deixando-se à consideração superior o procedimento a adotar.* -----

----- Face ao teor da informação, a Câmara Municipal após análise, deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3.1.5 - Comunicação nº 3590/2013

----- Foi presente uma informação da Secção de Águas, do seguinte teor: -----

----- *“Relativamente ao assunto em epígrafe, foi presente uma comunicação da Sr^a Maria do Céu Antunes Barata, respeitante a uma habitação sita na Rua Padre José Vicente, nº 28 em Sobral Valado, no qual é solicitado apoio para o pagamento do valor respeitante à ligação de saneamento. -*

----- *Da análise do solicitado, constata-se que o pedido em causa deverá ser agregado ao consumidor nº 10764, sendo o valor a pagar pela ligação no montante global de 326,68 €. -----*

----- *Atendendo ao exposto e depois de devidamente analisado, entende-se propor o pagamento referido em 3 prestações seguidamente discriminadas: -----*

----- *- 1ª prestação no valor de 88,53 € acrescidos de IVA à taxa de 23% no valor de 20,37€ totalizando 108,90€, a liquidar até 01/11/2013; -----*

----- *- 2ª prestação no valor de 88,53 € acrescidos de IVA à taxa de 23% no valor de 20,37€ totalizando 108,90€, a liquidar até 01/12/2013; -----*

----- *- 3ª prestação no valor de 88,53 € acrescidos de IVA à taxa de 23% no valor de 20,37€ totalizando 108,90€, a liquidar até 01/01/2014; -----*

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3.1.6 - Comunicação n.º 4005/2013 - Consumo de água

----- Foi presente uma informação dos serviços técnicos de obras, do seguinte teor: -----

----- *“Relativamente ao assunto em epígrafe, foi presente uma comunicação do Sr. José Cebola Albino, respeitante ao contador n.º 00003207 do consumidor n.º 12864, sito na Avenida Marginal n.º 2 em Dornelas do Zêzere, na qual é referido a ocorrência de uma rotura de água.* -----

----- *Tendo analisado o ocorrido, verifica-se que a referida rotura ocorreu no interior da habitação, pelo que é da responsabilidade do munícipe, não obstante, informa-se que o diferencial entre leituras é de 208 m3.* -----

----- *Face ao exposto, deixa-se à consideração superior o procedimento a adotar no respeitante ao solicitado, tanto a nível de redução, manutenção ou pagamento faseado do volume a faturar.”* -----

----- A Câmara Municipal, após análise, deliberou por unanimidade autorizar o pagamento faseado, em seis prestações. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3.2 - SERVIÇOS TÉCNICOS DE OBRAS

3.2.6 - Taxa Municipal de Direitos de Passagem

----- Pelo Sr. Presidente da Câmara foi dito o seguinte: -----

----- A alínea m) do artº 10 da Lei nº 2/2007, de 15 de janeiro, prevê como receitas dos municípios as estabelecidas enquanto tais por lei ou regulamentos. -----

----- A Lei nº 5/2004, de 10 de fevereiro - Lei das Comunicações Eletrónicas, alterada pelo Decreto-Lei nº 176/2007, de 8 de Maio e 258/2009, de 25 de setembro, pela Lei nº 46/2011, de 24 de junho, e pela Lei nº 51/2011, de 13 de setembro, criou a Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), determinada, nos termos do artº 106º, com base na aplicação de um percentual sobre a faturação mensal emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para os clientes finais na área correspondente ao município.-----

----- Assim, proponho que a Câmara Municipal delibere, nos termos do disposto na alínea a) do nº 6 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 6 de fevereiro e demais legislação, aprovar e submeter à Assembleia Municipal para que este órgão, nos termos do disposto na alínea e), do nº 2,



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

do artº 53º, da mesma lei e na alínea n), do artº 10º da Lei nº 2/2007, de 15 de janeiro, com as respetivas alterações, aprove o percentual de 0,25% relativo à Taxa Municipal de Direitos de Passagem para vigorar em 2014. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. Mais deliberou submeter à Assembleia Municipal. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3.2.7 - Código do Imposto Municipal Sobre Imóveis - Proposta de minoração de taxa para prédios urbanos com afetação industrial para o ano 2013

----- Proposta do Sr. Presidente: -----

----- Considerando que o Concelho de Pampilhosa da Serra sofre constantemente fenómenos de desertificação; -----

----- Considerando que a indústria é um instrumento fundamental e potenciador de postos de trabalho e consequentemente de fixação de pessoas; -----

----- Considerando que o Município tem vindo a desenvolver um conjunto de esforços no sentido de captar investimentos e empresas; -----

----- Considerando o disposto no nº 5 do artigo 112 do Código do Imposto Municipal Sobre Imóveis, o Município pode minorar em 30% a taxa a vigorar em determinada área;

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar que seja minorada a taxa em 30%, para os prédios urbanos com a afetação industrial, para todo o concelho, para o ano de 2013.-----

----- Mais deliberou submeter à Assembleia Municipal. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3.2.8 - Fixação das Taxas do Imposto Municipal Sobre Imóveis (IMI) - 2013

----- Proposta do Sr. Presidente: -----

----- De acordo com a alínea a) do artº 10º da Lei nº 2/2007, de 15 de janeiro e o artº 1º do Código do Imposto Municipal Sobre Imóveis, aprovado pelo Decreto Lei nº 287/2003, de 12 de novembro e respetivas alterações, o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) incide sobre o valor tributável dos prédios rústicos e urbanos situados no território português, constituindo receita dos municípios onde os mesmos se encontram situados; -

----- Nos termos das alíneas b) e c) do nº 1 e do nº 5 do artº 112º do CIMI, os



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

Municípios, por deliberação da Assembleia Municipal, definem as taxas aplicáveis aos prédios urbanos, entre os limites de 0,5% a 0,8% e 0,3% e 0,5% consoante se trate, respetivamente, de prédios não avaliados, ou já avaliados nos termos do CIMI; -----

----- Para os prédios rústicos, de acordo com a alínea a) da legislação acima citada a taxa é de 0,8%; -----

----- Considerando que esta Câmara Municipal tem vindo a dotar o Concelho de infraestruturas necessárias com vista a proporcionar aos munícipes um desenvolvimento harmonioso e bem-estar social; -----

----- Considerando que os recursos financeiros são limitados, competirá à Autarquia no âmbito das suas competências, usar os meios disponíveis no quadro atual vigente, para suprir tais dificuldades. -----

----- Assim, proponho que a Câmara Municipal delibere, nos termos do disposto na alínea a) do nº 6 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2202,d e 6 de fevereiro, e demais legislação, aprovar e submeter à Assembleia Municipal para que este órgão, nos termos do disposto na alínea f), do nº 2, do artº 53º, da mesma lei e na alínea a), do artº 10º da Lei nº 2/2007, de 15 d janeiro, com as respetivas alterações, aprove as taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis, para vigorar em 2014, respeitante a 2013. -----

----- a) de 0,5% para os prédios urbanos constantes da alínea b) do nº 1 do artigo 112º; --

----- b) de 0,3% para os prédios urbanos constantes da alínea c) do nº 1 do artigo 112º, a que se refere o nº 1 do artigo 15º do referido Decreto-Lei. -----

----- c) de 0,8% para os prédios rústicos, a que se refere a alínea a) do nº 1 do artigo 112º do CIMI. -----

----- A Câmara Municipal, após análise, deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Mais deliberou submeter à Assembleia Municipal. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

4 - DIVISÃO SÓCIO-CULTURAL E EDUCATIVA

4.1 - EDUCAÇÃO

4.1.1 - Associação de Solidariedade Social - Protocolo de Colaboração

----- Foi presente uma informação do Serviço de Educação, do seguinte teor: -----

----- " Tendo em conta o disposto no Protocolo de Colaboração celebrado entre o Município de



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

Pampilhosa da Serra e Associação de Solidariedade Social de Dornelas do Zêzere, aprovado em reunião ordinária do Executivo Camarário de 31/08/2010, para os efeitos no disposto na sua cláusula segunda, que refere: -----

----- "CLÁUSULA SEGUNDA -----

----- O preço a pagar pelo PRIMEIRO OUTORGANTE À SEGUNDA, pelo transporte e fornecimento das refeições a que alude a cláusula antecedente, será acordado anualmente entre ambas as partes, de acordo com os pressupostos, número de refeições e número de km, conforme consta em anexo ao Protocolo (Anexo II). -----

----- Sugere-se que seja aditado ao mesmo Protocolo um seu Anexo VII e VIII, com os seguintes conteúdos, respetivamente: -----

----- ANEXO IX -----

----- Para o ano letivo de 2013/2014 estabelece-se que: -----

----- 1. As refeições serão servidas no Centro Educativo de Dornelas do Zêzere, propriedade do Primeiro Outorgante, durante o período entre as 12:30 e as 14:00 h e ano letivo. -----

----- 2. Os equipamentos usados no fornecimento das refeições são propriedade do Primeiro Outorgante. -----

----- 3. Os meios usados no fornecimento das refeições são propriedade da Segunda Outorgante. -----

----- 4. O número de refeições a fornecer no ano letivo de 2013/2014 aos alunos do 1º Ciclo que frequentam o Centro Educativo de Dornelas do Zêzere é de 31. -----

----- 5. A Segunda Outorgante compromete-se a enviar os mapas referidos no ponto 3 do Anexo II, tendo por referência o fornecimento de refeições referidas no número anterior." -----

----- ANEXO X -----

----- ENCARGOS ANUAIS -----

----- 1. Para o ano letivo de 2013/2014 são fixados os seguintes valores: -----

----- a) O valor de 3€ por refeição (à razão de 50 refeições diárias); -----

----- b) O valor de 0,50€ por km (à razão de 180 km diários); -----

----- c) Acrescido do valor de 2.200,00€ com custas de estrutura. -----

----- d) Até 5.000,00€, de acordo com os valores inscritos nas alíneas a) e b), destinados para programas de atividades não curriculares e ou outras destinadas à comunidade educativa sempre que solicitadas pelo 1º outorgante. -----

----- 2. O valor a pagar pelo PRIMEIRO OUTORGANTE À SEGUNDA no ano letivo de 2013/2014, será de 82.500 € (isento de IVA ao abrigo do nº 7, do artº 9º do Código do IVA), correspondente a 7.500,00€/mensal. Este valor contempla ainda o mês de julho de 2014 destinado a um programa de atividades não curriculares para a comunidade educativa. -----

----- 3. O pagamento referente ao ponto anterior será efetuado pelo PRIMEIRO OUTORGANTE, no prazo de dez dias, após a emissão de fatura pela SEGUNDA OUTORGANTE, conferida que esteja por parte dos Serviços do PRIMEIRO OUTORGANTE e de acordo com os mapas enviados pela SEGUNDA, referentes aos serviços prestados. -----

----- Até final de julho de 2014, haverá lugar à conferência de valores e respetivos acertos, tendo em conta o disposto no número dois do presente anexo." -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- *Passando o mesmo a fazer parte integrante do Protocolo de Colaboração supra identificado, após aprovação do Executivo Camarário, e assinatura pelos legais representantes dos dois Outorgantes. À consideração superior.* -----

----- Face ao exposto e após análise, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. Mas deliberou conceder poderes ao Sr. Presidente para assinar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

4.1.2 – Agrupamento de Escolas Escalada de Pampilhosa da Serra – Protocolo de Colaboração – 1º Ciclo e Ensino Pré-Escolar

----- Foi presente uma informação do Serviço de Educação, do seguinte teor: -----

----- “Tendo em conta o Protocolo de Colaboração realizado entre o Município de Pampilhosa da Serra e o Agrupamento de Escolas Escalada de Pampilhosa da Serra, aprovado em reunião de Câmara, de 10/01/2006 e tendo por base a Candidatura a apresentar pelo Município à Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares no âmbito do Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos alunos do 1º Ciclo para o Ano Letivo de 2013/2014, há necessidade de incluir no referido Protocolo dos dados constantes na 8ª Adenda, que junto se remete a V.Exª para análise e aprovação do Executivo Camarário. -----

----- Relativamente aos alunos do Pré-Escolar, é do conhecimento de V.Exª que estes também estão a usufruir de refeições escolares na sede do agrupamento, existindo no presente ano letivo necessidade de os incluir no referido Protocolo. Isto decorre de informação prestada pela Direção do Agrupamento reportando que a Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares – Serviços da Região Centro terá informado que, no presente ano letivo, o pagamento da alimentação do ensino pré-escolar será feita nos mesmos moldes que o 1º CEB. -----

----- Face ao exposto, proponho a V.Exª a integração dos alunos do Pré-Escolar na 8ª Adenda para o referido ano letivo, produzindo efeitos a partir de 16 de setembro de 2013, data em que iniciou o ano letivo. À consideração superior.” -----

----- Face ao exposto e após análise, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. Mas deliberou conceder poderes ao Sr. Presidente para assinar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

4.1.3 – Bolsas de Estudo – Ensino Superior

----- Foi presente uma informação do Serviço de Educação, do seguinte teor: -----

----- “Na sequência do apoio que o Município tem dado a todos os alunos do Concelho,



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

incluindo os que ingressam no Ensino Superior e na sequência do Regulamento Municipal para Atribuição de Bolsas de Estudo publicado em Diário da República 2ª Série – nº 238 de 10 de dezembro de 2008, vimos por este meio propor que as inscrições para as Bolsas se realizem entre 21 de outubro e 21 de novembro de 2013. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

4.1.4 – Proposta de Adenda ao Protocolo de Colaboração do Programa das Atividades de Enriquecimento Curricular no 1º CEB – 2013/2014.

----- Foi presente uma informação do Serviço de Educação, do seguinte teor: -----

----- “ Junto se remete, para aprovação, proposta de Adenda ao Protocolo de Colaboração do Programa das Atividades de Enriquecimento Curricular no 1º CEB 2013/2014, a celebrar entre o Município de Pampilhosa da Serra, o Agrupamento de Escolas Escalada de Pampilhosa da Serra e a Cáritas Diocesana de Coimbra. -----

----- Este documento tem como objetivo definir os termos e condições das partes no que concerne ao acompanhamento dos alunos nas eventuais ausências dos docentes das AEC. À consideração superior.” -----

----- Face ao exposto, a Câmara Municipal tomou conhecimento do teor da Adenda ao Protocolo em apreço e após análise, deliberou por unanimidade aprovar. Mais deliberou conceder poderes ao Sr. Presidente para assinar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

4.1.5 – Atribuição de plafonds por sala de aula do 1º CEB – Ano letivo 2013/2014

----- Foi presente uma informação dos Serviços de Educação, do seguinte teor: -----

----- “ Dando continuidade ao apoio municipal concedido anualmente a todas as salas de aula do 1º CEB do Agrupamento de Escolas de Pampilhosa da Serra – Escalada, para material de desgaste e pedagógico, propõe-se que os plafonds a atribuir no ano letivo 2013/2014 se mantenham os mesmos do ano letivo anterior, a saber: -----

----- - 150,00€ por sala de aula, na EB1 de Dornelas do Zêzere; -----

----- - 300,00€ por sala de aula, na EB1 de Pampilhosa da Serra. -----

----- À consideração superior.” -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

4.2 - AÇÃO SOCIAL

4.2.1 - Escalões de apoio a alunos da Residência de Estudantes - Proposta

----- Foi presente uma informação do Gabinete de Ação Social, do seguinte teor: -----

----- *"No âmbito da Ação Social Escolar, vimos por este meio remeter em anexo a listagem nominal enviada pela Residência de Estudantes, referente aos alunos inscritos e valor das mensalidades.* -----

----- *Assim, e após análise da situação sociofamiliar, propõe-se apoiar os alunos do escalão A em 80%, do escalão B em 75%, do escalão C em 65% e dos restantes escalões 15% do valor da mensalidade.* -----

Nome do aluno	Ano	Escalão de subsídio	Mensalidade	Localidade	Autarquia
David Antunes Gonçalves	5º	B	83,84 €	Janeiro de Cima	62,88 €
Paulo Jorge de Oliveira Costa	6º	A	41,92€	Janeiro de Cima	33,54 €
Rui Miguel Nunes Ferreira	7º	A	41,92€	Sobral de Baixo	33,54 €
Diogo Miguel G. de Carvalho	8º	A	41,92€	Damaia	33,54 €
Mikael Moreira Dias	8º	----	209,61 €	Meãs	----
Tiago Almeida Moniz	9º	?	?	Unhais-o-Velho	----
João Carlos Gaspar	12º	C	146,73 €	Unhais-o-Velho	95,38 €
Micaela Filipa S. Almeida	12º	B	83,84	Vale Grande	62,88 €

----- *À consideração superior."* -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

4.2.2 - Ação Social Escolar 2013/2014 - Novos pedidos de apoio

----- Foi presente uma informação do Gabinete de Ação Social, do seguinte teor: -----
 ----- " No seguimento de novos pedidos de apoio referentes à Ação Social Escolar 2013/2014, venho por este meio remeter proposta, após análise dos dados apresentados: -----

Nº	Nome do aluno	Nome dos pais	Alim.	Transp.	13/14
181	Diogo Rafael Antunes Baldo	Ricardo Hugo Fernandes Baldo Andreia Marisa Alves Antunes	X	----	Isenção
184	Ana Raquel Batista Dias	José Alberto Campos Dias Maria Matilde Paixão Batista	----	X	Isenção

----- À consideração superior."-----
 ----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----
 ----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

ENCERRAMENTO

----- Não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, eram onze horas, pelo que de tudo e para constar se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada por unanimidade, foi assinada pelo Sr. Presidente, José Alberto Pacheco Brito Dias e por mim, Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas que a subscrevi. --



